

Referências normativas:

- **Resolução 12/2002 da ONU** -
[https://juridica.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRestaurativoEACulturadePaz/Material de Apoio/Resolucao ONU 2002.pdf](https://juridica.mppr.mp.br/arquivos/File/MPRestaurativoEACulturadePaz/Material%20de%20Apoio/Resolucao%20ONU%202002.pdf)
- **Resolução 225/2016 do CNJ** – criou a Política Nacional de Justiça Restaurativa no âmbito do Poder Judiciário; <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2289>
- **Resolução nº 288/2019 do CNJ** – define como política institucional do Poder Judiciário a aplicação de “alternativas penais, com enfoque restaurativo, em substituição à privação de liberdade”;
<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/2957>
- **Resolução nº 300/2019 do CNJ** – prevê o prazo de 180 dias para que os Tribunais de Justiça e Tribunais Regionais Federais elaborem um plano de implantação, difusão e expansão da Justiça Restaurativa;
<https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/3144>
- **Lei no. 12594/2012** - Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratiquem ato infracional. Traz em seu artigo 35, como um dos princípios para a execução das medidas sócio educativas, as práticas restaurativas
[http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm)

Pesquisas, relatórios, e-books e documentos pertinentes à Justiça Restaurativa

- **Carta de Araçatuba** – 2005;
<https://api.tjsp.jus.br/Handlers/Handler/FileFetch.ashx?codigo=121209>
- **Relatório analítico propositivo:** Justiça Pesquisa direitos e garantias fundamentais: Pilotando a Justiça Restaurativa: O papel do Poder Judiciário - CNJ 2018
(<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2011/02/722e01ef1ce422f00e726fbbee709398.pdf>)

- **Mapeamento dos Programas de Justiça Restaurativa – CNJ - 2019**
<https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/conteudo/arquivo/2019/06/8e6cf55c06c5593974bfb8803a8697f3.pdf>
- Implementação e execução pelo CDHEP do **Programa “Fazendo Justiça”** realizado pelo CNJ e pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), com o apoio do DEPEN, (<https://cdhep.org.br/projeto-rede-justica-restaurativa/>);
- **Manual - Justiça Restaurativa – 10 passos para sua implementação – CNJ – 2020;** <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2020/09/Cartilha-JusticaRestaurativa-08092020.pdf>
- **E-book – ORTH, Glucia Mayara Niedermeyer; GRAF, Paloma Machado (Orgs.). Sulear a justiça restaurativa: as contribuições latino-americanas para a construção do movimento restaurativo/ [livro eletrônico] /**. Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2020. (Coleção Singularis, v.8); <https://www.textoecontextoeditora.com.br/assets/uploads/arquivo/8bc9f-ebook-sulear-a-justica-restaurativa.pdf>
- **Plano pedagógico mínimo orientador para a formação dos facilitadores em Justiça Restaurativa** elaborado, em agosto de 2021, pelo Comitê Gestor da Justiça Restaurativa do CNJ; <https://www.cnj.jus.br/wp-content/uploads/2021/08/final-resumido-planej-pedag-min-orient-formacoes-cgjr-cnj-pol-nac-jr-jul-21.pdf>
- **E-book – ORTH, Glucia Mayara Niedermeyer et al (Org.). Diálogos sobre justiça restaurativa: reflexões entre GEJUR/ UEPG e CJR/OABSP [livro eletrônico]/** Ponta Grossa: Texto e Contexto, 2021. ; <https://www.textoecontextoeditora.com.br/assets/uploads/arquivo/f0782-dialogos-sobre-justica-restaurativa-ebook.pdf>